

Governo pode perdoar parte da dívida dos municípios

O Governo Federal poderá perdoar parte das dívidas dos estados e municípios que absorverem programas e projetos esvaziados com os cortes orçamentários e com a reforma administrativa embutida no programa de ajustamento econômico. Segundo o ministro interino do Planejamento, Raul Jungman, o programa de déficit zero inclui cortes tão profundos que inviabilizará o funcionamento de alguns programas. "Pode ser que alguns órgãos fiquem com menos de dez por cento dos recursos repassados este ano para sua manutenção", explicou. O detalhamento dos cortes será anunciado amanhã pelo presidente Itamar Franco.

A reforma administrativa terá três eixos de decisão. Os órgãos públicos poderão ser fundidos, descentralizados ou extintos. Estas decisões poderão ser adotadas por razões políticas, administrativas ou por falta de alternativas. Este último caso envolve os programas e projetos que forem esvaziados pelos cortes orçamentários, ficando sem recursos para continuar com suas atividades. A alternativa do Governo Federal será repassar estas iniciativas para os governos estaduais e municipais.

"Estamos fazendo o que nos

pediram durante muito tempo, emagrecendo", defendeu Jungman. Ele afirma que o setor público é quem está dando a maior contribuição para o ajuste de 25 bilhões de dólares: efetuará um corte de 15,668 bilhões de dólares em suas despesas, enquanto a sociedade entrará com 3,794 bilhões de dólares provenientes da sobretaxa de cinco por cento sobre os impostos federais, e os estados e municípios contribuirão com apenas 2,730 bilhões de dólares.

Déficit — Se o Congresso não aceitar a proposta de ajuste que está sendo enviada pelo Executivo, deverá apresentar outras fontes de financiamento, pondera Raul Jungman. "O que não se pode é ter um déficit de 25 bilhões de dólares no próximo ano, pois este desequilíbrio em um ano com eleições presidenciais significa hiperinflação". O ministro acredita que o Congresso não irá boicotar a proposta do ajuste.

O secretário de Orçamento Federal, Luiz Carlos Nerosky, informou que a nova proposta orçamentária prevê um superávit primário (receitas menos despesas) de 7,7 bilhões de dólares. A projeção do Produto Interno Bruto (PIB) é de 453,3 bilhões de dólares.

Pública

3661/10/10/03
CORREIO BRAZILENSE